

INSTITUIÇÕES DE EFETIVA E AFETIVA VIVÊNCIAS PARA IDOSOS (IEAVI): Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de Base Permacultural

INSTITUCIONES DE VIVENCIA EFECTIVA Y AFECTIVA PARA PERSONAS MAYORES: residencias para personas mayores de base permacultural

INSTITUTIONS FOR AN EFFECTIVE AND AFFECTIONATE LIFE FOR THE ELDERLY (IEAVI): long-term care institutions for the elderly (ilpi) based on permaculture

OKIMOTO, FERNANDO SÉRGIO

Professor Doutor, FCT/UNESP, Brasil. E-mail: fs.okimoto@unesp.br

AMANCIO, SOFIA MARTINS

Arquiteta e Urbanista, FCT/UNESP, Brasil. sofia.amancio@unesp.br

RESUMO

Este trabalho aborda o fenômeno do envelhecimento populacional, um processo demográfico impulsionado pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida. Tal cenário impõe desafios significativos em escala global, com particular intensidade em países em desenvolvimento como o Brasil. Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) assumem um papel crucial, contudo, frequentemente operam com deficiências infraestruturais, lacunas na gestão administrativa e de recursos humanos, e sob o peso da estigmatização social. Somados, esses fatores comprometem o bem-estar dos residentes e limitam sua integração familiar e comunitária. Como alternativa ao modelo convencional, propõe-se a aplicação do planejamento permacultural como metodologia para reestruturar as dimensões física, humana e operacional das ILPIs. A meta é convertê-las em Instituições de Efetiva e Afetiva Vivências para Idosos (IEAVI), focadas na criação de ambientes sustentáveis, acolhedores e com forte senso de comunidade, visando aprimorar tanto a infraestrutura quanto a qualidade de vida. Este novo modelo busca instituir uma rotina enriquecida por atividades, colaboração solidária, responsabilidades e propósitos de vida, ao mesmo tempo em que proporciona aos participantes conforto, segurança alimentar, saúde e o fortalecimento de laços sociais e familiares, tudo sob o princípio da autonomia assistida. Conclui-se que uma vivência fundamentada nos pilares da afetividade, atividade e propósito é essencial para proporcionar bem-estar, segurança e vitalidade, culminando em uma longevidade plena e saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos; ILPI; Planejamento Permacultural; Qualidade de vida.

RESUMEN

Este trabajo aborda el fenómeno del envejecimiento poblacional, un proceso demográfico impulsado por la reducción de las tasas de fecundidad y mortalidad y por el aumento de la esperanza de vida. Dicho escenario impone desafíos significativos a escala global, con particular intensidad en países en desarrollo como Brasil. En este contexto, las Instituciones de Larga Estancia para Personas Mayores (ILPI) asumen un papel crucial; sin embargo, frecuentemente operan con deficiencias infraestructurales, brechas en la gestión administrativa y de recursos humanos, y bajo el peso de la estigmatización social. En conjunto, estos factores comprometen el bienestar de los residentes y limitan su integración familiar y comunitaria. Como alternativa al modelo convencional, se propone la aplicación de la planificación permacultural como metodología para reestructurar las dimensiones física, humana y operativa de estas instituciones. El objetivo es convertirlas en Instituciones de Vivencia E(A)fec(A)tiva (Efectiva, Afectiva y Activa) para Personas Mayores (IEAVI), enfocadas en la creación de entornos sostenibles, acogedores y con un fuerte sentido de comunidad, con el fin de mejorar tanto la infraestructura como la calidad de vida. Este nuevo modelo busca instituir una rutina enriquecida por actividades, colaboración solidaria, responsabilidades y propósitos de vida, al mismo tiempo que garantiza confort, seguridad alimentaria, salud y el fortalecimiento de lazos sociales y familiares, todo bajo el principio de la autonomía asistida. Se concluye que una vivencia fundamentada en los pilares de la afectividad, la actividad y el propósito es esencial para proporcionar bienestar, seguridad y vitalidad, culminando en una longevidad plena y saludable.

PALABRAS-CLAVES: Personas Mayores; Instituciones de Larga Estancia; Planificación Permacultural; Calidad de Vida.

ABSTRACT

This paper addresses the phenomenon of population aging, a demographic process driven by declining fertility and mortality rates and an increase in life expectancy. This scenario imposes significant global challenges, with particular intensity in developing countries such as Brazil. In this context, Long-Term Care Institutions for the Elderly (ILPI) play a crucial role; however, they often operate with infrastructural deficiencies, gaps in administrative and human resources management, and the burden of social stigmatization. Taken together, these factors compromise the well-being of residents and limit their family and community integration. As an alternative to the conventional model, this study proposes the application of permacultural planning as a methodology to restructure the physical, human, and operational dimensions of these institutions. The goal is to convert them into Institutions of Effective and Affectionate Living for the Elderly (IEAVI), focused on creating sustainable, welcoming, and community-oriented environments to enhance both infrastructure and quality of life. This new model seeks to establish a routine enriched by activities, solidary collaboration, responsibilities, and life purposes, while ensuring comfort, food security, health, and the strengthening of social and family ties, all under the principle of assisted autonomy. It is concluded that a living experience founded on the pillars of affection, activity, and purpose is essential to provide well-being, security, and vitality, culminating in a fuller and healthier longevity.

KEYWORDS: Elderly; ILPI; Permacultural Planning; Quality of Life.



REVISTA
PROJETAR

Projeto e Percepção do Ambiente
v.11, n.2, maio de 2026

Recebido em: 15/09/2025
Aceito em: 25/03/2026

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade contemporânea tem passado por mudanças significativas devido ao processo de transição demográfica, marcado pelo aumento da população com sessenta anos ou mais em relação a outros grupos etários. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015), a transição demográfica, caracterizada pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade e pelo aumento da população idosa, é um fenômeno global. Assim, o envelhecimento populacional resulta tanto do declínio nas taxas de fecundidade e mortalidade quanto do aumento da expectativa de vida.

As alterações no cenário demográfico ocorrem em escala mundial e num ritmo acelerado. De acordo com informações fornecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas idosas em 2021 atingiu a marca de 761 milhões e é previsto que esse número dobre, chegando a 1,6 bilhões até 2050. Mesmo sendo uma grande conquista para a humanidade, resultante do progresso tecnológico e médico, a extensão da vida de forma repentina apresenta desafios significativos para a sociedade, sendo fundamental dedicar maior cuidado e atenção a essa evolução, especialmente aos seus efeitos e impactos.

O aumento da longevidade teve início nos países desenvolvidos, aproximadamente entre os séculos XIX e XX, impulsionado pela urbanização e pelas melhorias na qualidade de vida. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, essa realidade é bem mais atual e ocorre de forma distinta, já que essas nações ainda lidam com questões como pobreza e desigualdade social. Assim, a maioria dos idosos tendem a trabalhar por mais tempo e depender de economias acumuladas ou de assistência familiar, uma vez que o processo de envelhecimento nesses países é marcado por desafios socioeconômicos, conforme aponta o relatório da ONU sobre envelhecimento populacional (United Nations, 2019).

Michel Poulain e Gianni Pes foram os primeiros a usar o termo “Zona Azul” em 2004, referindo-se à alta concentração de centenários em uma região da Sardenha. Estudos como o “Danish Twin Study” apontam que apenas 20% da longevidade é determinada pelos genes, enquanto 80% são influenciados por estilo de vida e ambiente. As práticas observadas nas Zonas Azuis demonstram que pequenas mudanças no cotidiano podem levar a uma vida mais longa, saudável e plena. Esses exemplos ressaltaram que a longevidade é acessível a todos, independentemente de sua localização geográfica (Buettner, 2008).

O jornalista Dan Buettner ampliou a difusão dos estudos das Zonas Azuis ao utilizar o termo para referir-se a regiões específicas do mundo onde as populações apresentam uma longevidade superior e uma qualidade de vida notavelmente melhor em comparação à média global. Ele identificou cinco áreas geográficas onde os habitantes frequentemente vivem mais de 100 anos, exibindo baixos índices de doenças crônicas, como diabetes, câncer e doenças cardiovasculares, além de manterem uma saúde física e mental robusta até idades avançadas. Em seu livro *The Blue Zones: Lessons for Living Longer from the People Who've Lived the Longest*, Buettner (2008) explora essas localidades, destacando práticas comuns que contribuem para a longevidade, tais como movimentação natural, propósito de vida, alimentação equilibrada, espiritualidade e conexões sociais. O autor salienta que essas práticas têm base cultural e, geralmente, têm o apoio governamental local ou estatal, por meio de políticas públicas, ou mesmo de competições entre municípios com relação à melhoria dos índices de saúde locais.

É importante ressaltar que somente o fato de viver mais não garante um envelhecimento saudável. Com o aumento da expectativa de vida, também aumentam os anos vividos lidando com problemas socioeconômicos, doenças crônicas degenerativas e incapacidades. Segundo Miranda, Mendes e Silva (2016), o envelhecimento populacional, apesar de ser um avanço demográfico e histórico, está frequentemente associado à falta de planejamento no Brasil, o que resulta em sistemas de saúde e políticas públicas deficientes, impedindo a promoção da qualidade de vida.

O mundo nunca teve tantos idosos quanto agora. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, 2015), calcula-se que até 2050, a quantidade de pessoas idosas chegará a 2 bilhões, representando cerca de 21,5% da população mundial, equivalente a um quinto do total. Sendo assim, a satisfação das demandas da população idosa, especialmente na área da saúde pública, é crucial e requer preparo dos países. Por outro lado, no entanto, os governos frequentemente não possuem a infraestrutura adequada para prover os serviços básicos essenciais a esse grupo específico de pessoas, o que impede o pleno exercício de seus direitos.

No Brasil, essa situação não é diferente, embora tenha suas peculiaridades. Conforme definido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), são considerados idosos os cidadãos com idade igual ou superior a 60 anos, os quais, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

totalizam mais de 32 milhões de indivíduos, representando 15,6% da população total brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC – IBGE, 2022) destaca que houve uma notável mudança na proporção de longevos no Brasil ao longo da última década, já que esse percentual representava somente 11,3% em 2010 (IPEA, 2011). Essa aceleração coloca o país como uma das nações com processo de envelhecimento mais rápido do mundo, ocupando o sexto lugar dentre aqueles com maior percentual de idosos no século XXI, conforme relatório da ONU (2022). Segundo Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o país está caminhando para o super envelhecimento pois, atualmente, o grupo populacional brasileiro que apresenta o maior crescimento é o de indivíduos com 80 anos ou mais, ao mesmo tempo em que registra uma diminuição das faixas etárias mais jovens. Ou seja, ao longo dos anos a pirâmide etária tem se tornado mais ampla em sua porção superior, caminhando para uma configuração retangular, condição que demanda uma atenção especial do Estado.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE, 2021), analisou o perfil dessa nova geração da população idosa brasileira, e evidencia que 18,5% ainda trabalham, 85% moram com outras pessoas e 26% moram em domicílios que recebem auxílio emergencial. É importante destacar que o Brasil dispõe de políticas estatais de apoio aos idosos inexistentes em vários outros lugares do mundo, nos quais esse serviço é delegado a instituições privadas de alto custo e o papel do Estado é apenas residual (Minayo et al., 2021). De fato, quando comparadas a outros países, observa-se que as políticas brasileiras nesse campo, além de atenderem a uma grande quantidade de indivíduos nessa faixa etária, precisam enfrentar os desafios derivados dos problemas sociais vivenciados no país, sobretudo em campos como saúde e moradia.

A habitação desempenha um papel fundamental no processo de longevidade, no entanto, a escolha/seleção do tipo de moradia depende de diversos fatores socioculturais e afetivos/familiares. Assim, mesmo havendo apoio institucional, muitos idosos preferem permanecer em sua própria residência ou na casa de parentes. Entretanto, em determinadas situações torna-se necessária a busca por outras opções, sobretudo quando em que há limitações quanto a recursos financeiros ou à existência de pessoas para apoio/assistência nas tarefas cotidianas e na mobilidade. Nesse contexto, entre as alternativas não familiares conveniadas com o poder público para o acolhimento e cuidado de idosos brasileiros, há a disponibilização de Centros de Convivência, Centros-Dia e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

A maior parte dos longevos dependentes por problemas físicos ou mentais, ou que apresentam condições constatadas de abandono, ou a insuficiência de recursos financeiros próprios ou da família, são institucionalizados. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos em 2023 foram registrados 22.636 casos de abandono de idosos, quase o dobro dos 11.359 apontados em 2022. Nesse cenário, as ILPI emergem como uma opção predominante de residência, com a finalidade de garantir o acolhimento da terceira idade

De acordo com o IPEA (2011), o número de idosos institucionalizados no Brasil é considerado baixo, com um número limitado de vagas disponíveis em instituições gratuitas. A falta de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é um problema em 71% dos municípios brasileiros. Atualmente, existem 3.548 instituições identificadas, que abrigam 83.870 idosos, representando apenas 0,5% da população nessa faixa etária. Dessas instituições, 6,6% são públicas ou mistas, 28,2% são privadas e 65,2% são filantrópicas. No entanto, de acordo com Tomasini e Alves (2007), as ILPI brasileiras enfrentam uma realidade precária, estando muito aquém das condições mínimas para garantir um envelhecimento bem-sucedido. Além de permearem um cenário negativo com constantes preconceitos da sociedade, ao associar à pobreza, maus tratos e abandono que em parte é devido ao histórico passado.

O desenvolvimento histórico das moradias não familiares para terceira idade reflete as mudanças na sociedade e nas políticas públicas ao longo do tempo. Durante a antiguidade, os longevos frequentemente dependiam do apoio de seus familiares, em algumas culturas os idosos eram vangloriados e cuidados dentro de suas próprias comunidades, enquanto em outros contextos eram negligenciados e abandonados.

De acordo com Alcântara (2004), as primeiras instituições com o objetivo de abrigar os idosos surgiram durante a Idade Média, momento em que a igreja católica/cristianismo se tornou pioneira nos cuidados dessa parte mais vulnerável e necessitada da população. Os registros também evidenciam que o primeiro asilo foi estabelecido pelo Papa Pelágio II, em Roma no século VI. O então padre transformou sua casa em um hospital para cuidar dos mais necessitados. Naquela época, a população mais velha era associada a doenças, o que causava temor entre os demais moradores. Assim, os idosos eram abrigados em asilos ou leprosários, juntamente com os pobres, desamparados, mendigos, doentes mentais e órfãos. Estes lugares tinham como objetivo não apenas exercer a caridade, mas também separar e isolar indivíduos considerados ameaças à disseminação de doenças e pobreza (Foucault, 2003).

No Brasil, a primeira instituição dedicada exclusivamente à população idosa, o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, foi fundada em 1890, no Rio de Janeiro. Ele desempenhou um papel importante na visibilidade sobre as necessidades dessa faixa etária e na criação de espaços dedicados à sua assistência e cuidados, especialmente entre os menos favorecidos e socialmente marginalizados (Groisman, 1999). Apesar disso, o ambiente acabava por provocar um afastamento significativo dos residentes com as redes familiares e sociais, chegando ao ponto de romper laços com familiares e comunidade (Pollo; Assis, 2008), realidade que reflete os desafios e as complexidades enfrentadas pelas pessoas idosas naquele contexto histórico.

Dessa forma, com o passar dos anos os asilos deixaram de fazer parte da rede de assistência social ao idoso, para fazer parte da rede de assistência à saúde (Kane; Kane, 1987, *apud* Costa, 2004). Em 2021, foi readequada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 502, que define as ILPI como “instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania.”.

O termo “Instituições de Longa Permanência para Idosos” (ILPI) foi adotado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) visando estabelecer uma nomenclatura padronizada e que conseguisse expressar as funções abrangentes dessas instituições. Visto que, anteriormente eram denominadas como asilos e consideradas como casas de assistência social, voltadas apenas ao abrigo e proteção dos mais vulneráveis (Araújo; Souza; Faro, 2010).

Esta modalidade assistencial deve oferecer assistência e suporte em atividades da vida diária, cuidados de saúde, alimentação, atividades recreativas, entre outros serviços, visando proporcionar o bem-estar aos residentes. Além disso, almeja ser um verdadeiro lar para a terceira idade, apresentando em sua infraestrutura e atividades, características que remetem a sensação de acolhimento (Born; Boechat, 2002). Tais instituições prestam cuidados relacionados à saúde dos idosos, mas, conforme observado por Born (2011), é crucial que esses serviços não se concentrem apenas nisso, mas também em criar condições que, através de uma ampla reestruturação, estabeleçam um ambiente semelhante a um lar. Isso permite que os residentes se sintam acolhidos, mantendo, ao mesmo tempo, uma atmosfera de cuidado, como destacado por Boff (2005). Assim, a criação das ILPI foi concebida com o intuito de proporcionar aos longevos a qualidade de vida necessária, através de uma moradia temporária ou permanente, adaptada às suas limitações e com o suporte de profissionais capacitados.

A decisão de institucionalizar um idoso é um processo complexo, independente das razões, os longevos se deparam com uma realidade nova e, muitas vezes, assustadora, dificultando assim uma transição tranquila e equilibrada. Na década de 1970, Simone de Beauvoir, em sua obra “A Velhice”, criticou veementemente as deficiências dos lares para a terceira idade. Entre elas, destacou-se a rigidez dos regulamentos que incluíam o uso de uniformes e a imposição de regras, resultando na perda de individualidade e de personalidade dos residentes.

No Brasil, outras problemáticas somam-se a essa crítica, em geral relacionadas à estrutura, organização e administração das instituições. Além disso, pesquisadores como Davim et al. (2004) e Novaes (2003) ressaltam que muitas ILPI acabam por favorecer o isolamento dos residentes e sua inatividade física e mental, o que reduz sua qualidade de vida. Tal quadro contribui para que a busca por ILPI no Brasil ainda seja vista como uma medida controversa, marcada por preconceitos (Camarano; Barbosa, 2016). Nessa conjuntura, é válido se pensar em um caminho para a quebra de paradigmas e nas mudanças do modelo atual das instituições voltadas à terceira idade, rompendo assim com a imagem histórica de segregação e promovendo o bem-estar dos idosos.

Entre as mudanças nas estruturas de atendimento está a evolução na abordagem ao cuidado e na concepção da qualidade de vida dos idosos. Entendendo-se que a arquitetura afeta e influencia diretamente os usuários dos espaços, principalmente no processo de longevidade, é crucial proporcionar aos residentes ambientes acolhedores e familiares, que possibilitem contato com animais e natureza, promovam conforto e segurança e facilitem o desenvolvimento do senso de pertencimento e comunidade. Além disso, para promoção de maior inclusão social dos longevos, seria fundamental gerar parcerias e atividades junto à comunidade.

Neste cenário, a permacultura tem grande potencial para transformar o modelo atual das Instituições de Longa Permanência para Idosos e desempenhar um papel conceitual fundamental, abrangendo diversas áreas de atuação e fornecendo ferramentas e alternativas essenciais ao enfrentamento das dificuldades contemporâneas (Okimoto, 2021). De fato, ao priorizar a eficiência no planejamento dos espaços, a

metodologia de planejamento permacultural de Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) é capaz de revitalizar ambientes urbanos, abordando questões ambientais, econômicas e sociais de forma integrada. Para tanto, os autores sugerem o uso de cartografias técnicas, temáticas e sociais e o levantamento de dados locais, primários e atualizados, estratégia utilizada na investigação que subsidiou a elaboração deste artigo.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma leitura da ILPI São João e elaborar uma proposta de uma Instituição de Efetiva e Afetiva Vivências para Idosos (IEAVI) fundamentada em um planejamento Permaccultural e, a partir da remodelação dos elementos tradicionais de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de referência, comparar as melhorias potenciais na qualidade de vida dos longevos.

Foram objetivos específicos: -estudar os temas pertinentes à pesquisa proposta; -caracterizar a ILPI São João; -estudar o Planejamento Permaccultura para a ILPI; -avaliar as modificações conceituais; e -discutir os resultados e divulgá-los.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizados diversos procedimento metodológico para alcançar os objetivos declarados. Foram eles:

Revisão bibliográfica conceitual sobre as ILPI e as demandas dos Idosos

Realizou-se uma revisão bibliográfica narrativa acerca dos temas do trabalho em bases de periódicos Qualis A e em artigos de revista de alto índice h de citação.

Levantamentos documentais de tipicidade da ILPI São João de Guaraci/SP

Levantamento de notícias, estatutos e leis e decretos que possam existir sobre a ILPI e seu contexto nas bases da Prefeitura e da Secretaria de Estado responsável.

Elaboração de um Planejamento Permaccultural da ILPI

Com base nas demandas reais, acadêmicas e científicas dos idosos. Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) sugerem: A) cartografias da Localização e/ou Recorte; B) Cartografias de Demandas; C) Cartografias de Setorização; D) Cartografias de Zoneamento; e Cartografias de Propostas de Ambiências e Usos, a partir da busca por dados reais primários para o entendimento dos elementos necessários para o Planejamento Ambiental. Seus três princípios fundamentais - a agroecologia urbana, as tecnologias sociais e a bioconstrução civil - oferecem abordagens holísticas para promover a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos.

Proposta de medidas não estruturais e estruturais

A serem implantadas para a obtenção de uma Instituição de Efetiva e Afetiva Vivência para Idosos (IEAVI).

Comparação das melhorias das IEAVI sobre as ILPI

Ao produzir as cartografias com base permaccultural mostrando a mudança de paradigma e analisar as melhoras potenciais decorrentes. Qualificar as melhorias obtidas com a transformação de uma ILPI em uma IEAVI.

4 RECORTE ESPACIAL: UMA LEITURA HISTÓRICA E ATUAL DA ILPI SÃO JOÃO

O estudo foi realizado no município de Guaraci, situado no interior do estado de São Paulo, na região norte, próximo à divisa com Minas Gerais. A cidade está localizada às margens do Rio Grande, na microrregião de São José do Rio Preto, a aproximadamente 460 km da capital paulista.

Com uma área territorial de 641,5 km² e uma altitude de 481 metros acima do nível do mar, no último censo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população local era de 10.350 habitantes, havendo uma densidade demográfica de 16,1 habitantes por km².

Em um breve histórico sobre o surgimento do município, constata-se que a origem do município se deu a partir da doação de um patrimônio religioso em glebas de terra no início do século XX. Até então aquela área era constituída por fazendas e pequenos núcleos de assentamento. Em 1944, quando se emancipou, Guaraci era um distrito do município de Olímpia (Prefeitura Municipal de Guaraci, s.d).

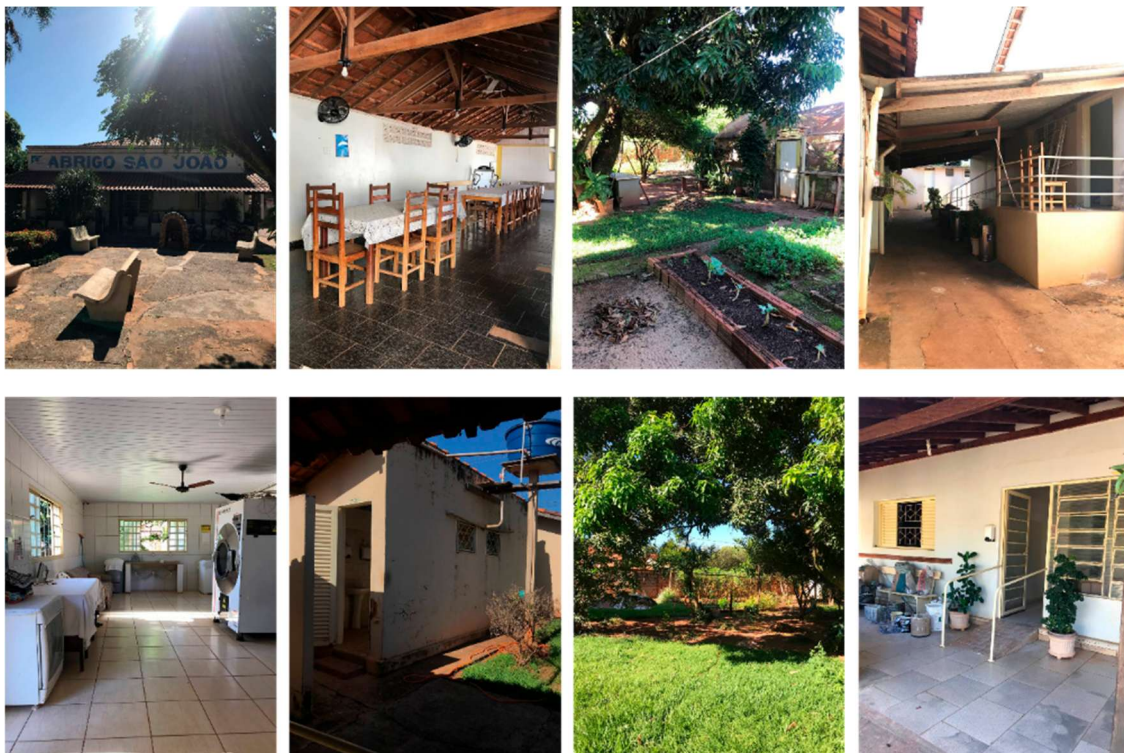
A economia local, tradicionalmente voltada para a agropecuária, destacou-se pelo cultivo de grãos como soja e milho e serviu como rota de gado para Barretos. Em 2003, a instalação da Usina Vertente de açúcar e álcool, localizada a 15km do centro urbano, tornou-se a principal fonte de renda e emprego da cidade, moldando significativamente sua economia até os dias atuais (Prefeitura Municipal de Guaraci, s.d).

O Abrigo São João foi fundado em Guaraci na década de 1970 por Lindolfo José da Silva e sua esposa Lúcia Anzalone Miguel, com a motivação de proporcionar um lar para idosos carentes e vulneráveis. Localizado na região Oeste da cidade, próximo à Praça Central e à saída para Altair, o terreno pertencia à antiga “Vila Francisco Ozanan”, conhecida na época como “Vila dos Pobres” devido às carências e ao menor poder aquisitivo dos habitantes. As tipologias das residências eram semelhantes, com moradias simples feitas de madeira, muros baixos e telha cerâmica.

A construção do abrigo foi viabilizada com a doação do lote pela Prefeitura Municipal e com o apoio de fazendeiros, da Sociedade São Vicente de Paulo e da Igreja Católica. Inaugurado em 1975, o abrigo tornou-se a Associação Vicentina de Guaraci “Abrigo São João”. Desde sua construção, sua infraestrutura permaneceu praticamente inalterada (Figura 1), com apenas algumas reformas. A quadra onde está situado está dividida em alguns lotes, e para facilitar a compreensão e o estudo, a área foi organizada em cinco partes: “Vila dos Pobres”, “Abrigo São João”, “Antigo Alojamento dos Funcionários”, “Lote Vendido” e “Área Verde” (edificações existentes na Figura 2).

Figura 1: Abrigo São João/Guaraci/SP:

(a) Entrada Principal; (b) Refeitório; (c) Jardins abandonados; (d) Lateral do Edifício Principal (Área 2); (e) Área de Serviço; (f) Casinhas Individuais do Fundo (Área 1); (g) Áreas Verdes sem Acessibilidade (Área 5); (h) Lateral do Edifício dos Funcionários (Área 3).



Fonte: Autores, 2024.

O espaço físico da instituição é composto por cinco áreas, delimitadas conforme segue:

Área 1 - conhecida como “Vila dos Pobres”, é composta por oito lotes regulares, cada um com uma pequena residência de alvenaria pintada de amarelo. Essas moradias, situadas na Rua Rui Barbosa, possuem muros baixos e telhado de cerâmica, com aproximadamente 36 m² de área construída. As casas, que são antigas e têm muros descascados, foram originalmente construídas para idosos independentes pela Associação Vicentina de Guaraci “Abrigo São João”. Atualmente, embora as residências ainda pertençam ao abrigo, elas não estão vinculadas a nenhuma atividade da associação e estão ocupadas por moradores que ocuparam o local.

Área 2 - Abrigo São João, é um lote irregular com benfeitorias e uma área construída de 570,62 m². Localizado na Rua Benjamin Constant, o Abrigo São João é uma entidade de assistência aos idosos pertencente à Sociedade São Vicente de Paulo, e atende atualmente 18 residentes, que contribuem com parte de suas aposentadorias e pensões quando possível. A instituição conta também com 12 funcionários e recebe doações diretas da comunidade para ajudar a cobrir suas despesas. O edifício principal do abrigo possui dormitórios para idosos dependentes, divididos em alas feminina e masculina, com quartos para duas ou três pessoas. O prédio inclui ainda banheiros acessíveis, sala de TV, capela, varanda, enfermaria e consultório. Na parte de trás da edificação, estão localizadas as áreas de serviço, como cozinha, despensa, lavanderia, refeitório e almoxarifados. A lavanderia oferece acesso à Área 5, que possui um extenso quintal atualmente sem uso. O setor administrativo está situado à direita do edifício principal, contendo o escritório, banheiro dos funcionários e depósitos, próximos ao portão que dá acesso à horta. À esquerda do edifício principal, há uma entrada secundária que leva aos dormitórios para idosos semi-independentes, à sala de reuniões e a uma ampla área verde.

Área 3 - Antigo Alojamento dos Funcionários, apresenta um lote irregular com cerca de 400 m² de área. Localizada na Rua Benjamin Constant, ao lado do Abrigo São João, a propriedade originalmente servia como alojamento para funcionários e cuidadores do abrigo. O terreno abriga uma residência espaçosa, com diversos cômodos e rodeada por árvores. Atualmente, a residência está ocupada por moradores da cidade que invadiram o local, embora também pertença ao abrigo, não está vinculada a nenhuma atividade institucional.

Área 4 - Lote Vendido, é um lote regular com aproximadamente 200 m², localizado na Rua Francisco Xavier Ribeiro. O lote foi recentemente vendido pela Associação Vicentina de Guaraci para quitar uma dívida trabalhista. Esta é a única área que não pertence mais ao abrigo e, atualmente, está ocupada por uma residência construída no local.

Área 5 – corresponde a um espaço verde que abrange os fundos do Abrigo São João e pertence ao próprio abrigo. Inclui um amplo quintal cercado por muros, com grama, árvores e horta mantida pelos funcionários para fornecer alimentos aos idosos institucionalizados. Além disso, há outra área verde situada à esquerda do edifício do Abrigo, também pertencente à associação. Ela é igualmente cercada por muros, contém árvores e grama, mas atualmente não está sendo utilizada para nenhuma atividade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse item são apresentados os resultados do planejamento permacultural, seguindo a metodologia adaptada por Ferreira, Okimoto e Paiva (2024) que consiste em desenvolver cartografias técnicas e temáticas com priorização de dados primários do recorte, das demandas e de contexto. Além disso, foi desenvolvida uma análise crítica da comparação entre a ILPI existente e a IEAVI proposta.

As cartografias desenvolvidas se referem a: recorte, demandas, setorização, zoneamento, ambiências e usos (planejamento permacultural) – apresentadas a seguir. Ao final deste item são comparados o antes e o depois do planejamento permacultural proposto.

Cartografia Recorte

A ILPI atual se encontra em uma quadra nos limites da porção oeste da cidade de Guaraci/SP (Figura 2), conta com algumas edificações e já houve alguns parcelamentos e comercialização de partes da sua área inicial. Ainda há algumas áreas livres e/ou ociosas na quadra.

Figura 2: Cartografia Recorte da ILPI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Cartografia Demandas

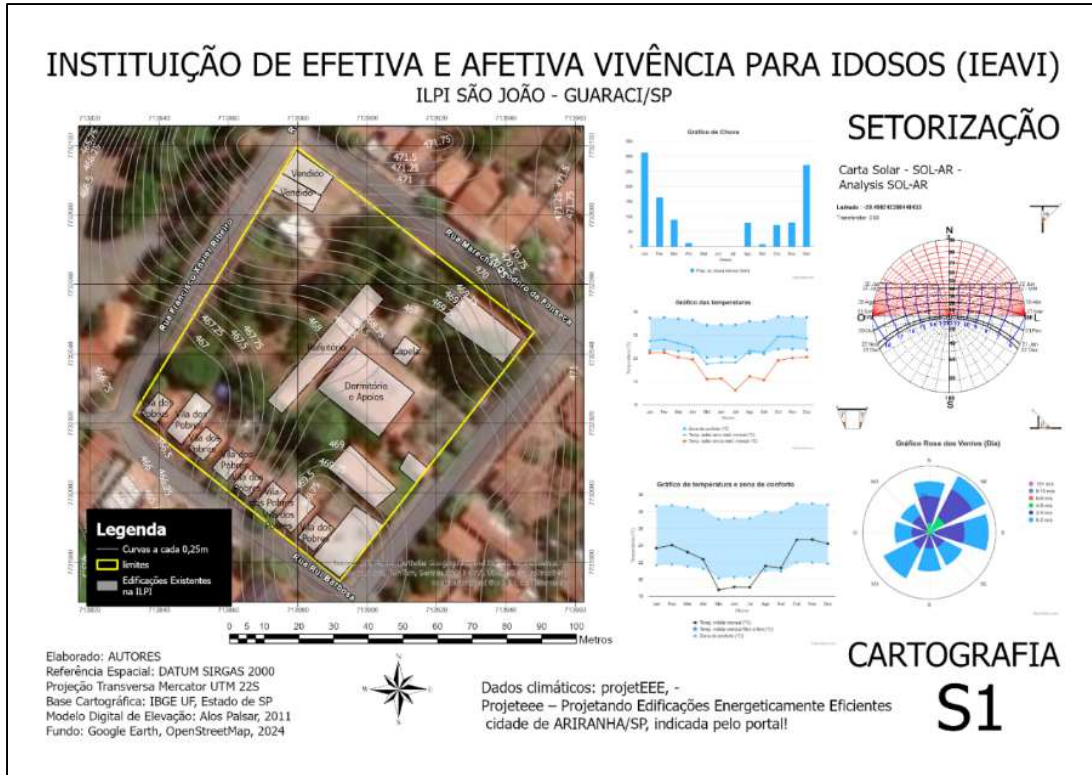
Não foi desenvolvida uma cartografia das Demandas, apenas descrições das demandas sociais, administrativas, legais, e acadêmicas e científicas que puderam ser levantadas com visitas ao local e conversas informais com os idosos e funcionários.

Como consequência da revisão bibliográfica, percebe-se a importância de propor mais atividades físicas e mentais tais como o manejo com a terra ou a simples caminhada e atividades de gestão financeira e operacional de produção e comercialização de produtos desenvolvidos, respectivamente. Com a autogestão da produção de alimentos e afins, pode-se gerar recursos financeiros para o suprimento das necessidades dos longevos e melhorias significativas na qualidade alimentar. Também pode gerar uma sociabilização entre os longevos, com a sociedade parceira em geral e com os familiares em específicos. Todas essas ações têm potencial para promover engajamento e gerar propósito de vida para os longevos residentes, com possíveis reflexos na identidade e satisfação pessoal e coletiva, tal como identificado nas Zonas Azuis levantadas por Buettner (2008).

Cartografia Setorização

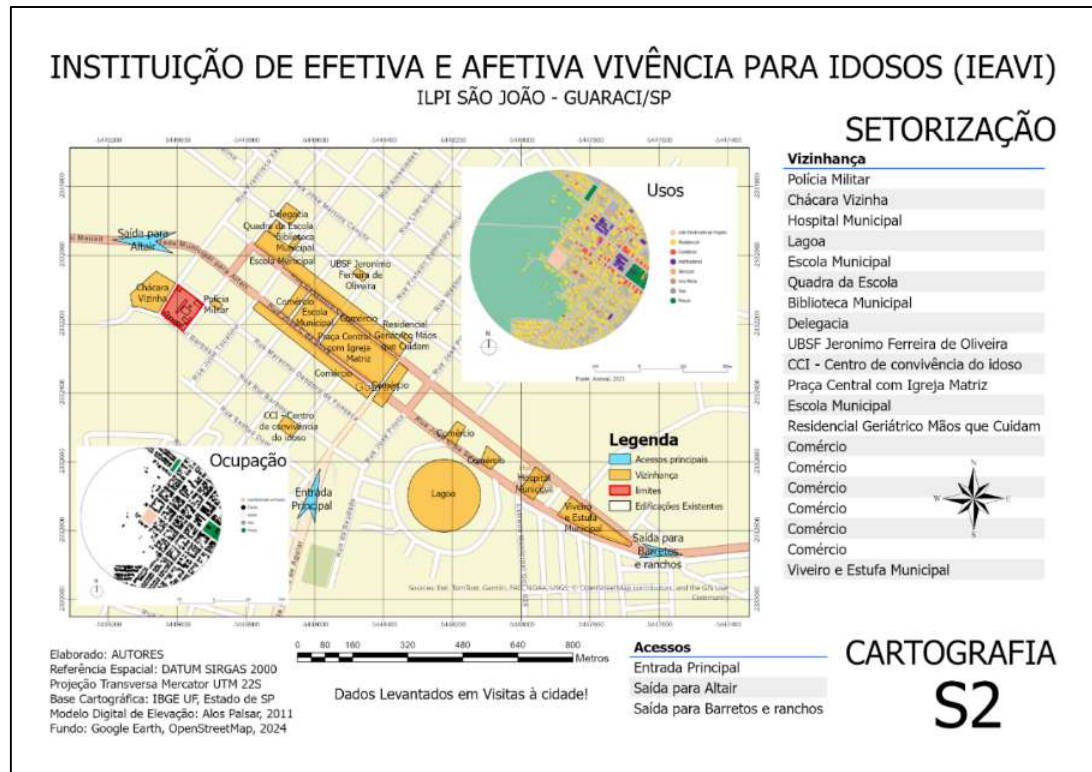
O contexto físico local foi levantado com dados do satélite Alos Palsar obtido no portal Alaska Search (ASF, 2024). A carta solar foi obtida no software livre Sol-Ar (LABEEE, 2023) para a latitude local e os diagramas de ventos predominantes, temperaturas e a precipitação no local, ambos advindos do portal Projet3e (MMA, 2023). para a cidade equivalente de Ariranha/SP, sugerida pelo próprio portal. Assim, puderam ser elaboradas as cartografias S1 (Figura 3a) e S2 (Figura 3b).

Figura 3: (a) Cartografia Setorização S1 da ILPI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Figura 3: (b) Cartografia Setorização S2 da ILPI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Como indicado na figura 2a, a topografia do local é bastante regular e quase plana. Os ventos predominantes atuam de leste a oeste, basicamente da frente do ILPI para os fundos e para também em direção aos limites da cidade. Climaticamente a área é considerada quente, apresentando chuvas na primavera-verão e tem estiagem longa no outono-inverno.

Já a partir da figura 2b, percebe-se a potencialidade de relacionamentos com grupos específicos da sociedade local. Diversos parceiros podem ser acionados. Há um centro privado de idosos, biblioteca, horto, parque do lago, escolas, todos municipais e a prefeitura deverá ser um parceiro atuante. Apesar deste potencial, atualmente a ILPI ainda necessita de doações e algumas campanhas esporádicas para arrecadar fundos financeiros.

Cartografia Zoneamento

Com base no contexto físico e socioeconômico existente, foi desenvolvido o zoneamento permacultural (Figura 4), considerando como a Zona 0, o local de permanência mais intensa dos idosos, isto é, seus quartos, os espaços de apoio administrativo e os espaços de saúde. Entende-se, também, que muitas atividades serão desenvolvidas no bloco do refeitório, tanto devido às funções nele desempenhadas (atividades existentes) como por aquelas que serão propostas adiante. Assim, determinou-se esse edifício como Zona 1. No entorno destas duas primeiras zonas, estabeleceu-se atividades de média intensidade, que os idosos deverão exercer diariamente, mas não todo o tempo. Estas serão Zonas 2 e poderão receber atividades relacionadas ao manejo da terra como hortas, orquidários e afins ou outras atividades de uso intenso, isto é, algumas vezes ao dia.

Figura 4: Cartografia Zoneamento da ILPI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Um pouco mais afastadas destas últimas, estão as Zonas 3 que também devem acomodar atividades, mas menos constantes ainda que nas Zonas 2. Talvez pudesse haver atividades diárias ou a cada dois dias como mudários (estufas para produção de mudas), meliponários (espaços de produção de mel para abelhas nativas e sem ferrão) ou afins. Por fim, se definiu para a Zona 4, uma área de cultivo mais autônomo no limite oeste da quadra, um pouco mais distante do dormitório, em que os idosos em condições de saúde adequadas

poderão/deverão exercer atividades físicas, terapêuticas e sociais (trabalho). Também se considerou que as diversas parcerias existentes e as a serem estabelecidas, em espaços externos, podem ser classificadas como Zonas 4, visto que esporadicamente serão acionadas e atividades serão realizadas, talvez utilizados apenas uma ou duas vezes por semana. Por fim, entende-se que as áreas da quadra que não são mais pertencentes à ILPI devem ter seu acesso limitado e, portanto, consideradas Zonas 5.

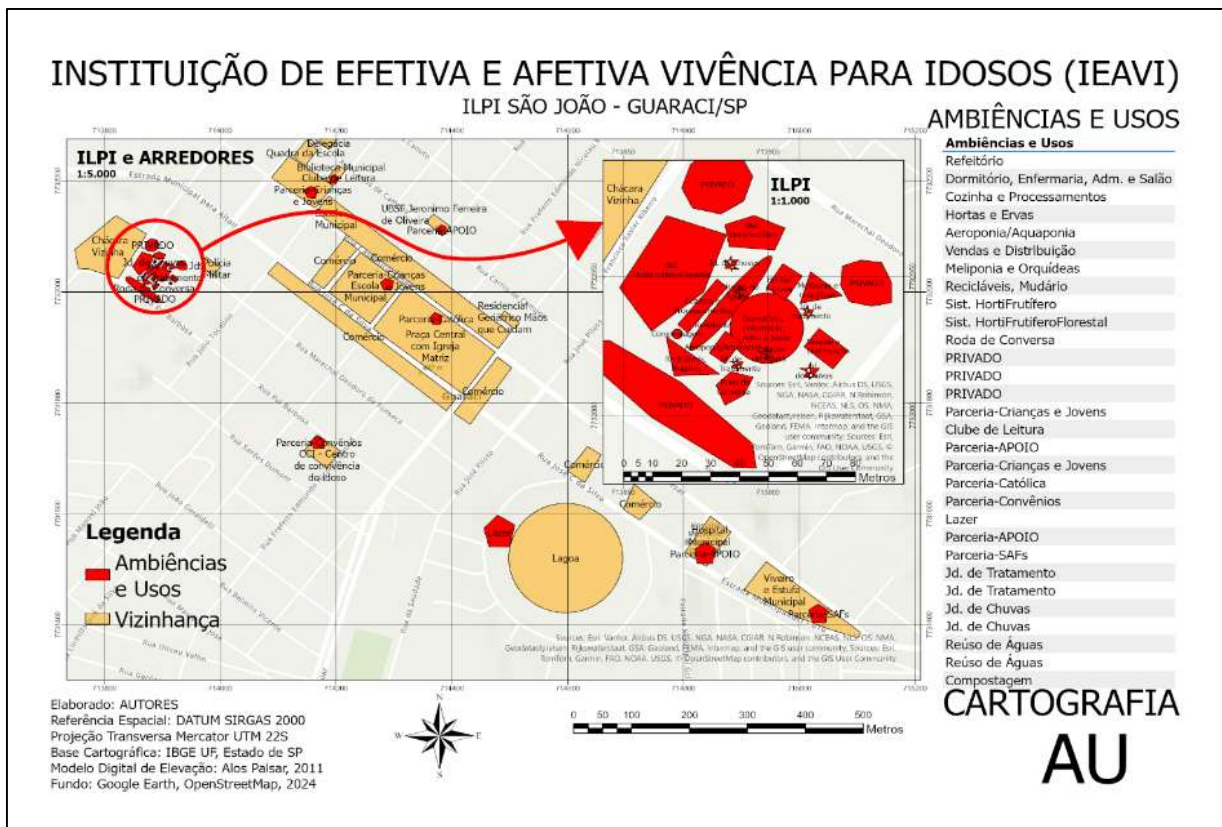
Diante do planejamento aqui delineado, são aspectos importantes a considerar para sua efetiva concretização: (i) acordar previamente qualquer alteração nas atuais condições de vida na ILPI com seus moradores e planejá-las de modo colaborativo com eles, entendendo-se que, por não estarem acostumados ao novo modelo, tais pessoas precisam estar disponíveis e ser preparadas para as atividades previstas; (ii) priorizar, no planejamento/projeto das hortas, as condições de seu manejo por indivíduos idosos, por meio de, por exemplo, canteiros altos e adaptados ao uso por pessoas com mobilidade reduzida, em cadeiras de roda, em andadores, com muletas ou, ainda, com dificuldade de visão.

Ressalta-se, ainda, que um segundo grupo de usuários, formado pelos funcionários e gestores da ILPI, poderia ser considerado para este planejamento permacultural. No entanto, talvez suas demandas e o zoneamento específico delas emergente pudessem complicar as ambiências previstas, além de pouco agregarem à eficiência da IEAVI proposta, já que, estas pessoas já se responsabilizam por realizar outras atividades na instituição, além de, em geral, estarem fisicamente muito mais saudáveis e em forma do que os longevos, que são os usuários-chave do planejamento

Cartografia Ambiências e Usos – Planejamento Permacultural

Após os levantamentos de contexto (Cartografias R, D e S) e a organização das áreas que deverá receber as atividades (Cartografia Z), foi elaborada a Cartografia AU (Figura 5), que detalha melhor os tipos de atividades que devem ser propostas, atendendo às expectativas locais (demandas sociais) e as expectativas mais coerentes dos autores (demandas acadêmicas e científicas).

Figura 5: Cartografia Ambiências e Usos da ILPI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Diante desse quadro geral foi proposto o uso de tecnologias ambientais relacionadas ao cultivo de hortaliças, ervas e frutíferas para alimentação, comercialização, exercício físico e terapêutico e as criações de abelhas melíponas e orquídeas para os mesmos fins. Entende-se que essas massas vegetais deverão ser suficientes para amenizar o calor local dos edifícios e melhorar a qualidade de vida com o aumento da umidade ambiente (externos e internos).

Para processar os alimentos será necessária uma cozinha bem equipada, o que significa o uso de tecnologia para o processamento e a guarda de itens. Em contrapartida é essencial recorrer a tecnologias ambientais, como os jardins de tratamento, os sistemas de reciclagem e de compostagens, a fim de minimizar os impactos negativos das atividades ali realizadas e aumentar a resiliência local contra eventos específicos (a exemplo das chuvas intensas) e/ou contra passivos ambientais para a prefeitura (como o transporte e a disposição dos resíduos sólidos).

Do ponto de vista social, a interação entre os idosos, entre os idosos e crianças, jovens e familiares deve ser ampliada com as atividades propostas e com as parcerias, mas havendo espaços físicos para diálogos são fundamentais. A autogestão das atividades deve ser incentivada e apoiada. Do ponto de vista financeiro, os trabalhos e as rendas deverão tornar a existência da IEAVI, autônoma e valorizadas, sem depender de doações para esse fim.

Comparação do Antes x Depois do Planejamento Permacultural

Assim, comparando (Figura 6) a ILPI tal como ela se encontra no momento com a IEAVI potencialmente desenvolvida a partir da implantação dos ambientes e usos propostos da figura 5, percebe-se que os idosos terão mais autonomia, um propósito de vida, melhor alimentação e atividades físicas compatíveis e interações sociais com seus familiares, parceiros e até mesmo os familiares devem ampliar seus contatos com os parentes idosos, visto que os idosos estarão mais saudáveis e felizes de ver, menos dependentes afetiva e financeiramente e os parentes se sentirão bem ao lado deles.

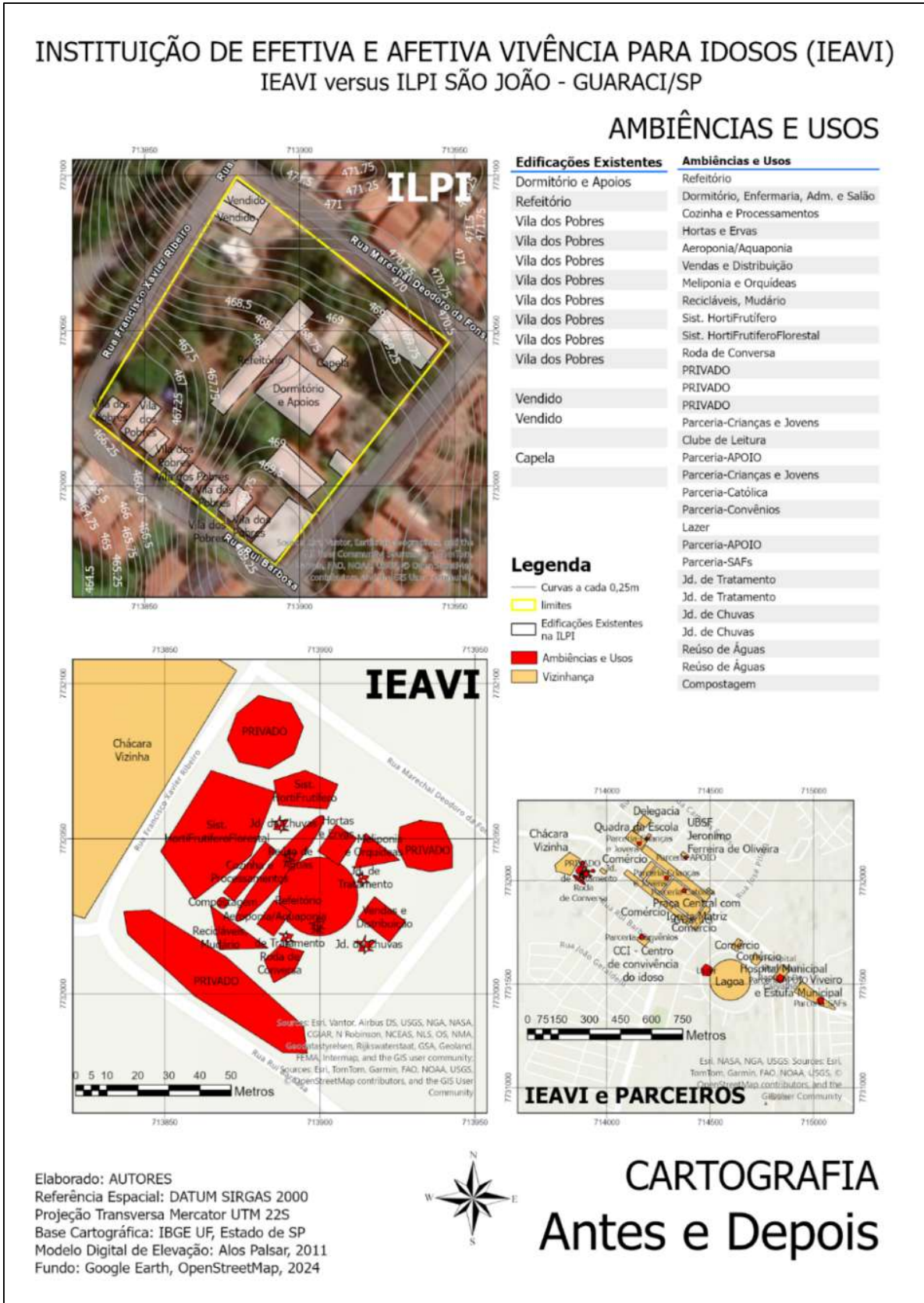
Do ponto de vista ambiental, as temperaturas serão mais amenas durante dia devido ao aumento significativo de vegetação e da sua evapotranspiração. O projeto arquitetônico da reforma, ampliação e demolições deve trazer consigo mais habitabilidade ao se relacionar sistemicamente com o contexto climático e físico levantado nas Cartografias S.

Analisando a situação atual e as ambiências e usos propostos, percebe-se que não é diretamente proporcional a qualidade de vida com o volume de obras construído e muito menos diretamente proporcional aos recursos financeiros investidos. Parece prioritário o investimento na qualificação dos edifícios precários existentes e nas áreas externas abandonadas. Assim, não foram propostas grandes obras para se obter melhores resultados e sim, arranjos sistêmicos mais eficientes para maximizar os benefícios com menos recursos possíveis. Toda a estrutura proposta é de baixo custo e a maioria delas pode ser conseguida pelos próprios recursos que os longevos obtiverem, fruto da comercialização de seus produtos.

Como medidas não-estruturais, seria possível constituir a CSA São João (Comunidade que Sustenta a Agricultura), que teria os longevos como membros coprodutores de alimentos. Por sua vez, os familiares, os vizinhos, as crianças das escolas parceiras, os alcoólicos anônimos também poderiam integrar essa CSA. Por fim, seria essencial estabelecer parcerias para favorecer atividades externas que se alinhem com as atividades diárias da IEAVI.

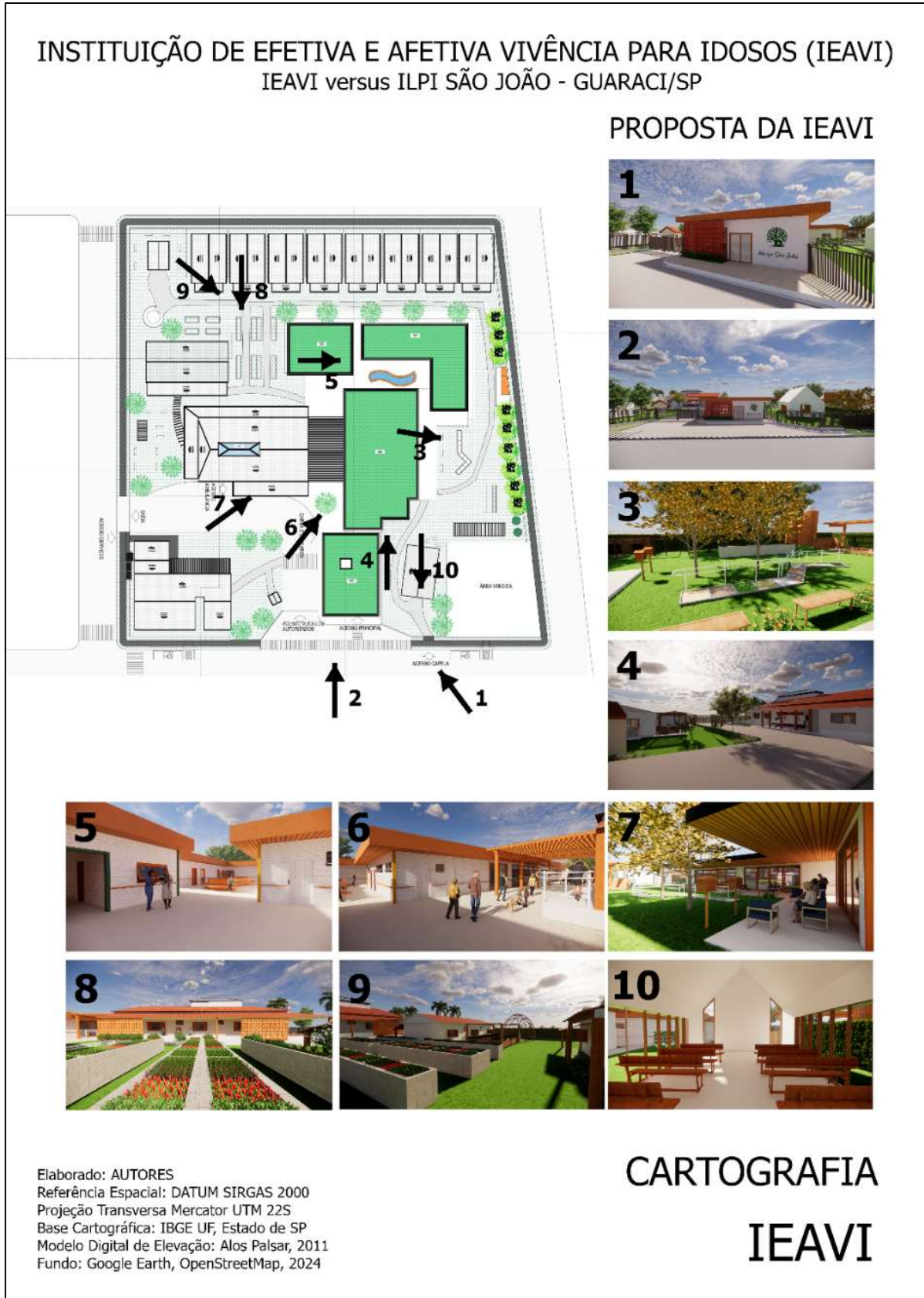
O projeto proposto para o novo modelo da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) – Abrigo São João (Figura 7) abrange a totalidade da quadra onde atualmente se encontra o antigo edifício. No processo para sua reestruturação, apenas os pequenos blocos destinados aos serviços e à administração foram demolidos para dar lugar a uma nova configuração mais funcional e integrada. Por outro lado, os blocos existentes que abrigam os dormitórios foram preservados, incorporando-se às novas soluções arquitetônicas do projeto, que tem como meta atender 35 residentes fixos, número que considera o equilíbrio necessário entre humanização e funcionalidade. Atualmente, a instituição conta com 16 residentes, e a ampliação planejada mantém a prioridade na criação de espaços que promovam conforto e acolhimento, sem comprometer a qualidade da ambiência. Além disso, destaca-se que a instituição tem capacidade para receber diariamente em torno de 60 pessoas, entre visitantes e participantes das atividades comunitárias promovidas, subtraídos os funcionários.

Figura 6: Comparação entre a situação atual da ILPI e a pretensa IEAVI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2024.

Figura 7: Propostas para a IEAVI São João/Guaraci/SP.



Fonte: Autores, 2025.

Conceitualmente, o projeto buscou criar um ambiente que promova nos idosos um sentimento de pertencimento e bem-estar, inspirado na ideia de lar autônomo, físico e experimental. A proposta adota uma arquitetura humanizada e funcional, planejada para oferecer conforto, acessibilidade e estímulos sensoriais que favoreçam a qualidade de vida de todos os usuários: moradores, funcionários e visitantes. Valoriza-se o cuidado integral, abrangendo os aspectos físico, emocional e social dos idosos, com o objetivo de proporcionar um espaço digno e conectado tanto à comunidade quanto à natureza. Portanto, mais do que um abrigo, entende-se que a IEAVI será um lugar de convivência e significado, onde o envelhecimento será acolhido de forma positiva.

A proposta também prioriza a sustentabilidade e a qualidade de vida, integrando soluções que combinam funcionalidade com uma atmosfera acolhedora e segura. Assim, busca-se transformar a percepção tradicional das ILPIs, oferecendo um modelo inovador, eficiente e humanizado, alinhado às necessidades contemporâneas. O programa de necessidades foi estruturado em quatro setores principais: administrativo, bem-estar, serviços e acomodações. Essa divisão garante organização e eficiência no atendimento às demandas operacionais, sociais e de cuidados aos idosos. A concepção dos espaços partiu de parâmetros normativos como a RDC nº 283/2005, usada como referência para dimensionamento inicial, e da Portaria MS nº 2.528/2007, que estabelece diretrizes atualizadas para infraestrutura e cuidados em ILPIs. Embora a Portaria MPAS/SEAS nº 73/2001 tenha sido revogada, sua aplicação histórica foi considerada para uma análise comparativa e para garantir uma visão abrangente sobre as melhores práticas no cuidado institucional aos idosos.

O projeto está implantado em um terreno de aproximadamente 7.304 metros quadrados, delimitado pelas ruas Benjamim Constant, Rui Barbosa, Francisco Xavier Ribeiro e Marechal Deodoro da Fonseca. A disposição dos edifícios foi planejada para otimizar o uso do espaço, promovendo a integração entre as construções existentes e as novas, além de estabelecer uma conexão harmoniosa com as áreas verdes e a comunidade local. A implantação foi pensada de forma a garantir acessibilidade universal, conforto térmico e eficiência na circulação de pessoas, veículos e serviços.

A proposta inicial de concentrar os acessos na Rua Benjamim Constant foi revista. A nova configuração distribui os acessos pelas diferentes ruas do quarteirão, otimizando os fluxos e melhorando a organização do espaço. A entrada principal foi reposicionada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, facilitando o acesso de visitantes e moradores (imagem 1). Há uma entrada direta para a capela (imagem 2), permitindo fácil acesso para momentos de oração. A entrada de veículos autorizados (imagem 6), como ambulâncias e veículos de carga, foi alocada em área específica, garantindo fluidez nas operações e agilidade em emergências. A carga e descarga foi posicionada próxima à despensa e cozinha (imagem 7). A ambulância possui garagem própria para acesso rápido em emergências.

6 CONCLUSÕES

Portanto, fica claro que o modo atual de recebimento dos idosos está equivocado de todos os pontos de vista possíveis e trata-se de um conflito com os direitos humanos e dos idosos. Além disso, que não é pouco, há um equívoco de gestão destas instituições que precisa exercer esforços muito maiores do que se fossem autônomos, autogerenciados, autofinanciados, autossustentáveis.

O modelo permacultural pode alterar o paradigma de espaços para longevos, facilitando que agreguem uma vivência longa, feliz e intensa, mais próxima da sociedade em geral e dos seus próprios familiares em específico. Fica claro que a maior parte das mudanças é apenas organizacional, não sendo necessário grande investimento financeiro para se obter mais qualidade de vida. A aproximação dos longevos com a natureza traz benefícios físicos e psicológicos e torna a instituição mais resiliente diante dos desafios econômicos, climáticos, urbanos que poderemos precisar enfrentar em um futuro próximo.

O projeto proposto visou a ilustração de uma possível solução projetual sobre o planejamento permacultural, indicando a eficiência na decisão de espaços, áreas e atividades, principalmente para a população de longevos que possui diversas debilidades. Tais debilidades, sendo minimizadas e até mesmo subtraídas, enfrentarão as fragilidades socioeconômicas deles e as fragilidades ambientais que promovemos com construções e espaços tradicionais, ilustrados na figura 1.

REFERÊNCIAS

- ALASKA SATELLITE FACILITY (ASF). **Data Search**. Disponível em <https://search.asf.alaska.edu/#/>. Acessado em junho de 2024.
- ALCÂNTARA, A. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas, SP: Ed Alínea, 2004.
- ARAÚJO, C. L. O.; SOUZA, L. A. FARO, A. C. M. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **História da Enfermagem Revista Eletrônica**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 250-262, jul./dez., 2010. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out.-mar. 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- BORN, T.; BOECHAT, N.S. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, E.V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p. 768-777, 2002.
- BORN, T. Quem vai cuidar de mim quando eu ficar velha? Considerações sobre a família, asilo, (im)previdência social e outras coisas mais. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 4, n. 2, p. 135-148, 2001.
- BRASIL. **Estatuto Do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 3 out. 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **RDC nº 502**, de 27 de maio de 2021. Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Brasília: Ministério da Saúde, ANVISA; 2021.
- CAMARANO, A. A. O novo paradigma demográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, p. 3446-3446, dez. 2013.
- CAMARANO, A. A.; BARBOSA, P. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando? In: ALCÂNTARA, A. O. CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 479-514.
- COSTA, E. F. A. **Análise de soroprevalência para as infecções pelos vírus das hepatites B e C em idosos residentes em asilos no município de Goiânia-GO**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás (UFG)/Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Goiás, 2004.
- BUETTNER, D. **The Blue Zones: Lessons for Living Longer from the People Who've Lived the Longest**. Washington, D.C.: National Geographic Society, 2008.
- DAVIM, R. M. B. et al. Estudo com idosos de instituições asilares no município de Natal/RN: características socioeconômicas e de saúde. **Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/xrHHHLvgfwNrxPJkLq759wd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Nov./2023
- DE BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS (UNDESA), **Divisão para a população, Perspectivas Demográficas Mundiais: Revisão de 2015**, Edição DVD, 2015.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS (DIEESE), **Perfil das pessoas com 60 anos ou mais** (fevereiro/2021), utilizando dados da PNAD Covid19/IBGE (novembro/2020).
- FERREIRA, N. R. A.; OKIMOTO, F. S.; PAIVA, L. A. Permacultura e geotecnologias para o planejamento socioambiental urbano: parque do povo de presidente prudente/sp. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes** (Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista - ANAP), v. 12, n. 34, p. 127-143, 19 jul. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17271/23178604123420245077>. Acesso em: dez/2025.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal; 2003.
- GROISMAN, D. Asilos de Velhos: passado e presente. **Estudos Interdisciplinares Sobre O Envelhecimento**, [S.L.], v. 2, p. 1-21, 26 ago. 1999. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2316-2171.5476>. Acesso em: Nov./2023
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. 2022.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicado nº 93** - Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. Brasília: IPEA; IBGE, 2011.
- KANE, R. A.; KANE, R. L. **Long-term Care: Principles, Programs, and Policies**. New York: Springer, 1987.
- LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES (LABEEE) **Analysis SOL-AR**. Disponível em <https://labeee.ufsc.br/pt-br/downloads/software/analysis-sol-ar>. Acessado em 09 dez. 2023.

MINAYO, M. C. S.; MENDONÇA, J. M. B.; SOUZA, G. S.; PEREIRA T. F. S. Políticas de apoio aos idosos em situação de dependência: Europa e Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 137-146, jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020261.30262020>. Acesso em: dez/2023.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507-519, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140>. Acesso em: Jan./2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA).. **Projetando Edificações Energeticamente Eficientes** - PROJETEÉE. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/projeteee/>. Acessado em 09 dez. 2023.

NOVAES, R. H. L. **Os asilos de idosos no Estado do Rio de Janeiro – repercussões da (não) integralidade no cuidado e na atenção à saúde dos idosos**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2003.

OKIMOTO, F. S. Permacultura urbana: Políticas públicas para a produção e para a vivência nas cidades durante e pós-pandemia. In: BENINI, S. et al (Orgs.). **PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: abordagem multidisciplinar**. Tupã: Editora ANAP, 2021, pp. 235-261.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/186463>. Acesso em: 19- ago. 2024.

POLLO, S. H. L.; ASSIS, M. Instituições de longa permanência para idosos - ILPIS: desafios e alternativas no município do rio de janeiro. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 11, n. 1, p. 29-44, abr. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2008.11014>. Acesso em: Jan./2024

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (SBGG). **Envelhecimento no Brasil e saúde do idoso: Carta aberta à população**, 2014. Disponível em <https://sbgg.org.br/envelhecimento-no-brasil-e-saude-do-idoso-sbgg-divulga-carta-aberta-a-populacao/> Acesso em: Nov./2023.

TOMASINI, S. L. V.; ALVES, S. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. **Rev Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 4, n. 1, 22 out. 2007. Disponível em <https://ojs.upf.br/index.php/rbceh/article/view/119> Acesso em: Dez./2023

UNITED NATIONS. **World Population Ageing 2019: Highlights**. New York: United Nations, 2019. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/3846855/files/WorldPopulationAgeing2019-Highlights.pdf>. Acesso em: Nov./2023

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.